

EFEITOS DO VERBAL SOBRE O NÃO -VERBAL

Eni Puccinelli Orlandi

Há um momento na história da reflexão sobre a linguagem em que o lingüístico se identifica com a Lingüística, ou seja, se reduz diretamente o fato (de linguagem) à disciplina (que trata da linguagem). Concomitante a esta redução, outra se sobrepõe a ela: reduz-se a significação ao lingüístico, ou seja, ao fato de linguagem definido pela perspectiva da Lingüística. E assim se apagam as diferenças entre o verbal e o não-verbal, ou então se submete um (o não-verbal) ao outro (ao verbal).

A Análise de Discurso (AD daqui para frente) restitui ao fato de linguagem sua complexidade e sua multiplicidade (aceita a existência de diferentes linguagens) e busca explicitar os caracteres que o definem em sua especificidade, procurando entender o seu funcionamento.

Isto porque a AD trabalha não só com as formas abstratas mas com as formas materiais da linguagem. E todo processo de produção de sentidos se constitui em uma materialidade que lhe é própria. Assim, a significância não se estabelece na indiferença dos materiais que a constituem, ao contrário, é na prática material significativa que os sentidos se atualizam, ganham corpo, significando particularmente.

Desse modo, podemos dizer que a AD contraria fundamentalmente pelo menos dois autores, quanto a esta questão: a. E. Benveniste (1974), que coloca, no plano fundamental (e não no histórico), a linguagem verbal humana (o signo lingüístico) como

interpretante, por excelência, de qualquer sistema de signos e, b. R. Barthes (1978) que diz que todo sistema de signos repassa-se de linguagem (verbal humana). Essas são posições que, segundo o que pensamos, produzem uma aspecia do não-verbal, um seu efeito de transparência, pela sua verbalização necessária. Evita-se, pelo verbal (pela gregaridade, distintividade, etc. do verbal) produzido pela Lingüística, o corpo da linguagem em sua opacidade, espessura e muitas vezes indistinção.

Isso que aparece como sendo assim, como veremos mais adiante, na realidade já é um efeito ideológico que se produz entre os diferentes sistemas significantes dentro de uma história social determinada. E é este efeito que procuraremos compreender aqui. Para tanto criticaremos os paradigmas que alinham o verbal, o científico, o sistemático, a escrita etc. como tendo precedência sobre o não-verbal, o heteróclito, o não escrito etc.

Este efeito se funda e dá sustentação a:

A. De um lado, alguns "mitos" como o da linguagem como transmissão de informação ou o da linguagem como comunicação; mitos que definem a linguagem para o discurso social, para o senso comum.

B. De outro, por alguns "preconceitos" teóricos que sustentam a mistificação da própria ciência e, nela, o prestígio do cientismo positivista.

Tanto esses mitos, produzidos na relação do senso comum com a linguagem, como a produção científica dos preconceitos, garantem o funcionamento dessa redução, ou melhor, do apagamento da diferença entre o verbal e o não-verbal encurtando a distância que vai de um a outro. Assim, se procede inicialmente a uma divisão - como se se fossem trabalhar as diferenças - mas se reabsorve a diferença pelo encurtamento das distâncias, sobredeterminando o não-verbal pelo verbal (como, em nossa formação social se sobredetermina o rural pelo urbano e etc.).

Na realidade, essas nossas considerações, e as que se seguirão, resultam de nosso trabalho sobre o silêncio. Esse tema, o do silêncio, visto no interior do quadro teórico da Análise de Discurso, nos permitiu compreender, entre outros, a importância da diferença entre o verbal e o não-verbal. Faremos uma digressão por questões que tocam especificamente o silêncio para depois retornarmos sobre a questão geral da relação do verbal e o não-verbal.

Em meu trabalho sobre o silêncio (Orlandi, 1992) desenvolvi o entendimento de que o silêncio tem muitas formas. Dentre elas, considereí como mais importantes: 1. o silêncio fundador, pelo qual afirmo que não há significação possível sem silêncio: é o silêncio que existe nas palavras, o que significa o não-dito e o que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar; 2. a política do silêncio que se subdivide em b1. silêncio constitutivo ou anti-implícito, o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as "outras") e b2. o silêncio local, que refere à censura propriamente, compreendida como aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura, ou melhor, a interdição para um sujeito de circular por certas regiões de sentidos, e portanto, por certas regiões de constituição de sua identidade.

Para completar essa fala sobre os diferentes silêncios, conluo assim que estar no sentido com palavras e estar no sentido sem elas, ou em silêncio, são modos absolutamente distintos de significar, de nos relacionarmos com o mundo, com as coisas, com as pessoas e com nós mesmos. Ressaltando no entanto, que esta diferença deve ser tomada mesmo como uma diferença: não se pode traduzir o silêncio em palavras sem modificá-lo pois a matéria significante do silêncio e a das palavras diferem; além disso, o silêncio significa por si mesmo, ou seja, o silêncio não fala, ele significa. A partir daí, desenvolvo toda uma reflexão para mostrar que há um ritmo no significar que supõe o movimento entre silêncio e palavras, entre silêncio e linguagens. Sem apontar na direção do inefável, ou sem fazer o elogio do silêncio, proponho no entanto que se dê, tanto na reflexão como nas práticas de linguagem, um lugar particular ao silêncio, pois a nossa formação social é povoada por uma abundância excessiva de linguagens que, o tempo todo disponíveis e amplificadas ao infinito, acabam por transformar o que seria uma disponibilidade em uma indisponibilidade radical: ficamos cegos e surdos aos sentidos pois "a profusão dessas significações as torna insignificantes" (Jenny, 1990). Por outro lado, cultivar o entendimento do silêncio é "aprofundar na fala um tempo de suspensão e de contemplação, de mudança e de vôo, que está aí necessariamente implicada" (Jenny, idem). O que em meu estudo significa restituir uma temporalidade da palavra (um ritmo) que não estamos mais podendo acolher.

Fazer valer a diferença entre linguagem e silêncio é fazer valer como constitutiva da própria significação a materialidade significante. A fala divide o silêncio, organiza-o. O

silêncio é disperso e a fala é voltada para a unicidade e as entidades discretas. O modo de significar da linguagem já é domesticação do sentido selvagem do silêncio com seus segmentos visíveis e funcionais que tornam a significação calculável. O silêncio, ao contrário, se apresenta como absoluto, contínuo, disperso. A linguagem supõe pois a transformação da matéria significante por excelência (o silêncio) em significados apreensíveis, verbalizáveis. Matéria e formas. A significação é um movimento, assim como a identidade é um movimento. Errância do sujeito, errância dos sentidos.

Indo mais longe, a hipótese de que partimos é a de que o silêncio é a própria condição de produção de sentidos. Evidentemente falamos do silêncio como matéria significante, como história (e não apenas em sua qualidade física).

E o silêncio, enquanto espaço diferencial que permite à linguagem significar, é uma das instâncias em que se produz o movimento. No silêncio, o sentido se faz em seu percurso, a palavra segue seu curso, o sujeito cumpre a relação de sua identidade e de sua diferença, pois o traço comum entre a errância do sentido, a itinerância do sujeito e o correr do discurso é justamente o movimento.

Reproduzindo minhas palavras (Orlandi, *idem*, p. 161 e segs.), eu diria que o silêncio tem uma função nas ilusões constitutivas da linguagem (a do sujeito como origem e a da realidade do pensamento), enquanto condição para o movimento, enquanto lugar do possível para o sujeito e os sentidos.

Assim é que entendo o sujeito discursivo como "itinerante". Porque o sentido não é um, é muitos. E isto está dito na Análise de Discurso quando se define o dizível pelo conjunto de diferentes formações discursivas que se põem em jogo em cada gesto do dizer. Sendo o silêncio um dos componentes da relação do sujeito com as formações discursivas, ele (sujeito) percorre diferentes limites de sentidos (formações discursivas diferentes), a não ser que aí intervenha a censura. O caráter contínuo do silêncio permite ao sujeito se mover nas significações, percorrer sentidos.

O silêncio é, em suma, a possibilidade do dizer vir a ser outro. No silêncio, o sentido ecoa no sujeito. É esse processo que lhe torna possível perpassar as diferenças dos diferentes processos de identificação, sem no entanto perder sua unidade. Senão, atravessado por múltiplos discursos (e é essa sua realidade), ele se desmancharia em sua

dispersão. É isso que significa dizer que, assim como o sentido é errático, o sujeito é itinerante: ele perpassa e é perpassado pela diferença; habita e é habitado por muitos discursos, muitas formações discursivas. O que o mantém em sua "identidade" não são os elementos diversos de seus conteúdos, de suas experiências diferentes de sentidos, nem uma sua configuração própria: é o seu estar no silêncio. Porque antes de ser palavra todo sentido já foi silêncio. Dito de outro modo, todo sentido posto em palavra já se dispôs antes em silêncio, na relação com o sujeito. Essa itinerância do sujeito pode assim ser vista como o efeito de contradição entre formações discursivas e da própria relação de uma formação discursiva com ela mesma, em sua heterogeneidade. O que tratamos sob a rubrica da incompletude já que, como dissemos, incompletude e possível vêm juntos no discurso. E é nesse passo, e sustentados pela reflexão sobre o silêncio, que podemos compreender as relações que produzem, na instância do discurso, a indistinção, a instabilidade e a dispersão.

É nesse movimento, nessa errância que situo a relação do homem com as diferentes linguagens: horizontes, projetos de significar.

O sentido tem uma matéria própria, ou melhor, ele precisa de uma matéria específica para significar. Ele não significa de qualquer maneira. Entre as determinações - as condições de produção de qualquer discurso - está a da própria matéria simbólica: o signo verbal, o traço, a sonoridade, a imagem etc. e sua consistência significativa. Não são transparentes em sua matéria, não são redutíveis ao verbal, embora sejam intercambiáveis, sob certas condições. Quando isso se faz, produz-se uma paráfrase (S. Serrani, 1993).

Quando, na reflexão sobre o silêncio, afirmei a diferença entre a matéria significante dele e a da linguagem verbal, e alertei para o fato de que não se traduz o sentido do silêncio em palavras sem modificá-lo, não estava, como disse, fazendo o elogio do inefável. Não é que há sentidos que não se possa significar. Há, sim, uma necessidade do sentido que só significa pelo silêncio, e não por palavras. Pois bem, há uma necessidade no sentido, em sua materialidade, que só significa por exemplo na música, ou na pintura etc. Não se é pintor, músico, literato, indiferentemente. São diferentes relações com os sentidos que se instalam. São diferentes posições do sujeito, são diferentes sentidos que se produzem.

A noção de consistência significativa, que introduzimos mais acima, é fundamental para se entender a necessidade material das diferentes linguagens. Há sentidos que precisam ser trabalhados na música, outros, na pintura, outros na literatura. Para que signifiquem consistentemente. E isto tem um efeito sobre o "autor". Ele se constitui diferentemente como pintor, como músico, ou como literato. Talvez, o modo da prática artística do Renascimento, com as múltiplas autorias do mesmo "mestre", seja melhor compreendida por esta reflexão, em que levamos em conta a necessidade da distinta matéria significante e a incompletude dos sentidos (e dos sujeitos).

A significação é um movimento, um trabalho na história e as diferentes linguagens com suas diferentes matérias significantes são partes constitutivas dessa história. Mais uma vez se reafirma o caráter de incompletude da linguagem (melhor seria dizer das linguagens). O múltiplo e o incompleto se articulam materialmente: a falha e a pluralidade se tocam e são função do não fechamento do simbólico¹. Daí os "outros" sentidos que sempre são possíveis. E a existência, ou a necessidade histórica das muitas linguagens é parte dessa incompletude e desse possível. É no conjunto heteróclito das diferentes linguagens que o homem significa. As várias linguagens são assim uma necessidade histórica.

¹Ao não fechamento da questão semântica, por ser uma questão filosófica, como afirma P. Henry (1993), acrescento a do não fechamento do simbólico, sendo, a meu ver, a necessidade das múltiplas linguagens e das distintas matérias significantes, um dos elementos que atestam esse não fechamento.

A Mídia

Em seu texto *Discurso: Estrutura ou Acontecimento?* (1990) M. Pêcheux faz uma análise do enunciado político "On a gagné" (Ganhamos!), tal como ele atravessou a França no dia 10 de maio de 1981, por ocasião da vitória de Mitterand.

Falando sobre o meio de circulação-confronto de formulações que vão acompanhar esse acontecimento e que não param de aparecer na tela da TV durante toda a noite, esse autor observa que a "materialidade discursiva desse enunciado coletivo é absolutamente particular: ele não tem nem o conteúdo, nem a forma, nem a estrutura enunciativa de uma palavra de ordem, de uma manifestação ou de um comício político. "On a gagné" (Ganhamos!) cantado com um ritmo e uma melodia determinados (on-a-ga-gné/dó-dó-sol-dó) constitui a retomada direta, no espaço do acontecimento político, do grito coletivo dos torcedores de uma partida esportiva cuja equipe acaba de ganhar".

Continuando a explorar, em sua análise, a materialidade desse enunciado, Pêcheux nos convida a aprofundar a reflexão sobre as relações entre o funcionamento da mídia e o da classe política, sobretudo depois dos anos 70.

Pela análise que Pêcheux faz (idem) do jogo metafórico em torno de um enunciado político, fica claro que, no campo do esporte, o resultado do jogo pode ser objeto de comentários mas, enquanto tal, seu resultado deriva de um universo logicamente estabilizado. Não é este o caso de um acontecimento político em que jogam fortemente equívocos, interpretações polêmicas etc. De fato, ao aproximar o enunciado político do esportivo, marca-se um efeito de proposição estabilizada (X ganhou) onde não há esta estabilidade. No político interroga-se o que é ganhar, quem ganhou realmente (nós, quem? a esquerda, a direita, o centro?, o povo francês? os socialistas? etc.). O modo de instalação do acontecimento na TV ganha determinações do discurso esportivo, com suas particularidades.

Não vamos discorrer sobre este fato em si. O que pretendemos, lembrando essa análise de Pêcheux, é trazer para a reflexão a questão da mídia.

A nosso ver, esse mesmo processo, em que o não-verbal é sobredeterminado pelo verbal, produz efeitos fundamentais sobre a concepção da mídia. Por esse efeito ideológico, também a mídia funciona através da redução do não-verbal ao verbal,

produzindo o efeito da transparência, da informação, do estável (ou, pelo menos, do diretamente decodificável).

A própria concepção da mídia fica assim afetada pelo efeito de continuidade homogênea do não-verbal ao verbal. A complexidade do conjunto de signos de distintas naturezas se reduz a um processo de interpretação uniforme. Tudo se interpreta do mesmo jeito. É o efeito literal se reproduzindo em cadeia contínua em todas as linguagens.

Se o que diz Pêcheux nos mostra que perceber a mídia é perceber o político de outra maneira, nós propomos a outra face desta mesma questão: perceber o fato de linguagem na perspectiva do discurso, que é política, é perceber a mídia de outra maneira.

Há uma ideologia da comunicação social que faz com que se use a mídia verbalmente, isto é, de modo a que as outras linguagens que constituem a mídia não funcionem sem o verbal. Para nós, não é assim. Isto é um efeito. A mídia tem seu domínio específico de significância e o verbal não é sobredeterminante quando restituímos a mídia a esse seu domínio próprio. Como dissemos anteriormente, são algumas mistificações que aí funcionam. Vamos aqui nos deter sobre alguns desses mecanismos mistificadores:

1. O mito da informação.
2. O prestígio do científico, da ciência.
3. O modo de relação do falante com a mídia, numa formação social como a nossa que é dominada pela ideologia da interpretação verbal (mundo civilizado, letrado, ocidental, cristão).

1. O mito da informação.

No verbal, e nas análises lingüísticas em geral, se trata o signo sob a ilusão referencial, ou seja, a ilusão da literalidade. Uma das conseqüências, no viés conteudístico, é pensar a linguagem como produção de informação (o que "x" quer dizer). Por seu lado, o tratamento da mídia tem acentuado este aspecto: o conjunto de

meios de comunicação serve (ou devia servir) para informar. Um dos argumentos favoráveis à implementação da mídia é, aliás, a "riqueza" de informações que ela produz.

Se a informação pode vir através de diferentes "canais" (leia-se "linguagens"), e mesmo simultaneamente, no entanto a sua formulação, para consumo, é verbal. Tem-se um suporte verbal disponível - produzido pela ideologia do discurso social já estabilizado - e reduz-se qualquer processo de significação produzido pelas outras linguagens a este processo. É assim que a multimídia ganha unidade em sua representação: pelo verbal. Garantia da legibilidade, da interpretação, linguisticamente organizada.

2. A Ciência.

Do ponto de vista da produção científica desse efeito de redução do não-verbal ao verbal já falamos do principal, ou seja, da dominância da produção do conhecimento lingüístico que se torna paradigmático, tendo como seu fator constitutivo o efeito de literalidade, em torno do qual se juntam os outros efeitos. Devo ainda acrescentar, nesse sentido, que o fato da Lingüística ter, em primeiro, conseguido formalizar adequadamente seu objeto e caracterizá-lo (e caracterizar-se) em sua autonomia, não é sem importância nesse seu processo de dominância. A este ganho real e fecundo é que se juntaram os efeitos de exclusão e de redução sobre os quais estamos refletindo.

Mas há um aspecto que considero relevante para a construção dessa centralidade do lingüístico (e da Lingüística). Trata-se do fato de que, em relação à linguagem verbal humana, há uma longa história de construção de objetos que são ao mesmo tempo instrumentos do seu conhecimento (isto é, da linguagem verbal humana) e também se institucionalizam como instrumentos da relação do falante com sua língua. São os "instrumentos lingüísticos" de que fala S. Auroux (1992): as gramáticas, os vocabulários, os dicionários etc. E, com toda certeza, considerados sob a determinação da escrita, que é das invenções mais fortes, determinantes e definidoras no âmbito da linguagem verbal humana.

Pois bem, a produção científica desses instrumentos contribui para que circule socialmente a imagem do verbal como onipresente já que esses instrumentos dão ao

falante uma representação inequívoca de sua língua, sustentando-se assim na certeza, na estabilidade, e no efeito de evidência do funcionamento da linguagem verbal.

Só há um pequeno passo a dar para que este modo de relação com os sentidos, fornecido pelo verbal, passe a monitorar a relação com as outras linguagens. Em consequência, esse paradigma de produção de conhecimento sobre as linguagens passa a "engordar" com as tentativas de criar "gramáticas" para tudo: para a imagem, para o cinema, para a música etc. Não é apenas a produção de uma forma de conhecimento que aí se objetiva mas sobretudo uma maneira de organizar a relação do homem com os sentidos. Como diria Pêcheux, são procedimentos para se administrar a interpretação (M. Pêcheux, 1991).

3. O Modo de Relação do Falante com a Mídia.

Paralelamente, isto também se dá na relação do falante com a mídia, pois esta é "instrumentalizada" pela relação com a linguagem verbal (e seus artefatos).

Diante de qualquer objeto simbólico, o homem, enquanto ser histórico, é impelido a interpretar, ou em outras palavras, a produzir sentidos.

Os modos de realização dessa injunção é que interessam à AD, em que, no próprio gesto de interpretação, apaga-se para o homem as condições que o levam a realizá-lo. E o sentido aparece como naturalmente produzido pelo homem para as coisas. Sujeito e sentido se produzem ao mesmo tempo (de alguma maneira, eu sou o(s) sentido(s) que eu produzo) e, por um efeito ideológico elementar, que é o que articula a ordem da linguagem à ordem do mundo, imprime-se, no sujeito, a impressão de estar sempre já-lá, como origem, e, para o sentido, o efeito de evidência (da realidade do pensamento, ou da relação termo-a-termo entre pensamento/linguagem/mundo). Neutraliza-se o fato de que tanto os sujeitos quanto os sentidos têm uma história de constituição.

Também aqui o verbal tem uma função crucial, em uma sociedade como a nossa.

Nessa história de constituição, os signos de diferentes naturezas trabalham diferentemente. Embora seja este o real, o modo como os sentidos circulam no discurso social (cf. Angenot, 1984), os remete ao código verbal, ou seja, ao discurso cotidiano,

representado como as palavras do dia-a-dia, o senso-comum. Assim, mesmo que esses modos de significar sejam diferentes pelas suas diferentes condições de produção (e suas diferentes materialidades) eles são interpretados pelos mesmos procedimentos da significação verbal. E isso que aparece como uma necessidade (todo sistema de signos repassa-se de linguagem) é ao contrário o resultado da produção imaginária da relação do falante com as diferentes linguagens, historicamente determinada.

Também esse mecanismo ideológico repousa no que tenho chamado de conteudismo. Com efeito, na ilusão de que se pode separar forma e conteúdo, toma-se, nesse caso, o conteúdo das diferentes linguagens como equivalentes. Na realidade, se somos críticos ao conteudismo (como é a proposta da AD), sabemos que o modo de significar e a matéria significante são constitutivos do sentido produzido de tal forma que não há equivalência signíca do ponto de vista só dos conteúdos. Não separamos formas e conteúdos. Trabalhamos com a forma material. Sendo assim, analisamos o funcionamento discursivo, explicitando as relações que se dão entre formações discursivas. As palavras não têm sentido em si mas nas construções que integram a relação entre diferentes formações discursivas. Essa é sua materialidade.

Na relação do falante com a mídia, o que podemos observar é pois o cálculo do sentido pelo verbal, em procedimentos como os que acabamos de caracterizar. Nesse processo, o verbal ocupa, como a ilusão do discurso cotidiano, o lugar do neutro, do natural, do universal. O centro de que derivam os outros.

Conclusão

A nossa proposta é pois a de que se restitua a historicidade aos fatos de linguagem. Para tal, propomos que se acentue a importância da noção de prática discursiva. Nessa noção, pode-se aproximar, no funcionamento das diferentes linguagens, aquilo que constitui uma relação produtiva na semelhança entre elas, e distinguir o que é lugar de particularidade irredutível e de diferenças constitutivas da especificidade dos distintos processos significantes dessas diferentes linguagens.

Em Análise de Discurso, a noção de prática tem um lugar bastante particular. Já na definição do próprio discurso, preferimos não tratá-lo como seqüência de frases, texto, ou sistema de representações, mas como prática. O discurso é uma prática. No sentido de que é uma mediação necessária, um trabalho (no caso, simbólico) entre o homem e sua realidade natural e social. Prática significando, pois, ação transformadora.

Dando um enfoque teórico-analítico mais forte a essa noção (já trabalhada por Foucault, na *Arqueologia do saber*, em termos teóricos), D. Maingueneau (1984) vai dar maior alcance analítico a ela, vinculando-a à questão da relação entre interioridade e exterioridade (condições de produção) no discurso. Ele dirá que toda prática discursiva tem duas faces: uma social e outra linguageira. Desse modo, ele dirá que há uma intrincação radical entre grupos sociais e formações discursivas, ou seja, os grupos só existem por e na enunciação, na gestão de "seus" textos e, por outro lado, esses textos devem necessariamente ser referidos a "seus" grupos de enunciação, para que façam sentido. Esse autor dirá então que a prática discursiva designa essa reversibilidade essencial entre as duas faces, a social e a textual, do discurso. A partir daí, ele trabalha não só com textos verbais mas com a pintura, a música etc. como práticas discursivas, saindo, como ele mesmo diz, da órbita da estrita textualidade.

Acreditamos que a noção de prática permite que se estenda a reflexão sobre os processos de produção de sentidos sem o efeito da dominância do verbal, já que por ela não trabalhamos mais com textos mas com práticas discursivas (sejam verbais ou não).

É preciso, pois, reconhecer que o verbal tem uma função imaginária crucial na construção da legibilidade, da interpretabilidade das outras linguagens. Se isto não é uma

função de direito é, no entanto, uma função de fato e não podemos ser indiferentes a isso. Entretanto, não sermos indiferentes, não significa nos embalsarmos nos efeitos dessa "ilusão" mas procurarmos atravessá-la, desrefratando o jogo de seus reflexos, de suas simulações. Em uma palavra: compreendê-la.

Desse modo, e para finalizar, diria que ao apontar para a noção de prática estamos buscando restituir às diferentes linguagens a compreensão de seus processos específicos de significância, ao mesmo tempo em que lembramos que também as palavras não são apenas nomes (almas) que se dissolvem. Elas são corpo (materialidade) e têm o peso da história.

BIBLIOGRAFIA

- Angenot, M. (1984) "Le Discours Social: Problématique d'Ensemble", em *Le Discours Social et Ses Usages*. Quebec.
- Auroux, S. (1992) *A revolução tecnológica da gramatização*. Ed. da Unicamp, Campinas.
- Barthes, R. (1978) *Leçon*. Seuil, Paris.
- Benveniste, E. (1974) *Problèmes de Linguistique Générale II*. Gallimard, Paris.
- Foucault, M. (1971) *L'Archéologie du Savoir*. Gallimard, Paris.
- Henry, P. (1993) "Sujeito, Sentido, Origem", em *O discurso fundador*. E. P. Orlandi (org.). Ed. Pontes, Campinas.
- Jenny, L. (1990) *La Parole Singulière*. Belin, Paris.
- Maingueneau, D. (1984) *Genèse du Discours*. Mardaga, Bruxelas.
- Orlandi, E. (1992) *As formas do silêncio*. Ed. da Unicamp, Campinas.
- Pêcheux, M. (1990) *Discurso: estrutura ou acontecimento?* Pontes, Campinas.
- Serrani, S. (1993) *A linguagem na pesquisa sociocultural (um estudo da repetição na discursividade)*. Ed. da Unicamp, Campinas.